Confira os melhores momento do Dia das Crianças

Acesse nosso site e confira todas as fotos: bancariosfeira.com.br



BANCÁRIOS SINDICATO FEIRA - BA

Este boletim é de responsabilidade do SEEBFS. Tiragem: 750 exemplares. Presidente: Eritan Machado. Diretor de Imprensa e Comunicação: Edmilson Cerqueira. Assessoria de Imprensa: João França. Diagramação: Pedro Lucas . Email: sindicato@bancariosfeira.com.br. Tel: (75) 3623-2422. Endereço Rua São Cristóvão 725, Santa Mônica - Feira de Santana - BA.

BANCÁRIOS SINDICATO FEIRA - BA · CTB Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil · FEEB Federação dos Bancários dos Estados da Bahia e Sergipe

A BANCÁRIA!

Ano 2026 - Edição: 37 20/10 a 26/10 **Presidente:** Eritan Machado

Bancários: lembrar para não retroceder

Mobilização dos bancários barrou a MP 905 e mostra que direitos não são privilégios

www.bancariosfeira.com.br



A DEFESA DOS DIREITOS dos trabalhadores também passa pela escolha política de quem ocupa os espaços de poder. Para os bancários, essa consciência é fundamental diante de projetos da extrema-direita que tratam direitos históricos como privilégios e tentam desmontar conquistas. A família Bolsonaro representa esse campo político, que já demonstrou, na prática, disposição de atacar garantias trabalhistas.

Em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro, foi editada a Medida Provisória 905, conhecida como Carteira de Trabalho Verde e Amarela. A proposta alterava diversas regras da legislação trabalhista, flexibilizava direitos e previa mudanças que atingiam diretamente os bancários, como a possibilidade de abertura das agências aos sábados e a ampliação da jornada de trabalho.

Na época, a mobilização sindical foi decisiva para proteger a categoria. A atuação das forças sindicais, junto ao Comando Nacional dos Bancários, garantiu, em negociação com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), um acordo assinado em dezembro de 2019, que neutralizava os efeitos da MP 905. Foi a organização coletiva, e não a boa vontade dos banqueiros ou do governo, que assegurou a proteção.

Por isso, é preciso manter a memória viva. Apoiar políticos que atacam direitos trabalhistas e chamam conquistas históricas de privilégios é agir contra os próprios interesses. Nenhum direito da categoria foi conquistado de graça: cada avanço é resultado de organização, mobilização e luta.

Bancário do Bradesco é reintegrado com apoio do Sindicato



O BANCÁRIO JOILSON LINS foi reintegrado nesta segunda-feira (19/10) à agência 0236 do Bradesco, localizada na Rua Conselheiro Franco.

O trabalhador havia sido demitido enquanto enfrentava problemas de saúde e, segundo as informações do caso, tinha estabilidade no emprego. A reintegração contou com o acompanhamento dos diretores do Sindicato dos Bancários de Feira de Santana Conceição Rebouças, Marcelo Araújo e Maria Clara.

O caso reforça a importância da atuação sindical na defesa dos direitos da categoria, especialmente em situações que envolvem adoecimento e estabilidade no emprego. O Sindicato orienta os bancários a manterem os exames médicos em dia, guardarem laudos e outros documentos relacionados à saúde e procurarem orientação diante de situações que possam comprometer seus direitos trabalhistas.

O acompanhamento do setor de Saúde da entidade também é fundamental para orientar os trabalhadores e auxiliar na defesa de seus direitos.

O atendimento pode ser solicitado pelo telefone (75) 98281-4856. A reintegração de Joilson evidencia a importância da organização coletiva e da representação sindical no enfrentamento de situações de injustiça no ambiente de trabalho.

O Sindicato reafirma seu compromisso com a defesa da saúde, da dignidade e dos direitos dos bancários.

Lembrar dessas lutas é também compreender que a história não permite acomodação ou neutralidade. Os direitos conquistados pelos trabalhadores precisam ser defendidos diariamente, com consciência política, participação sindical e mobilização coletiva. Diante de qualquer tentativa de retirar garantias ou precarizar as relações de trabalho, a resposta deve ser a unidade dos trabalhadores em defesa de condições dignas, salários justos e respeito à jornada. Não há avanço sem luta, nem futuro com dignidade sem a preservação das conquistas do passado. Lembrar é resistir, lutar é avançar e não retroceder é um compromisso de toda a categoria.

Trabalho por hora ameaça salário e política de valorização

A PROMESSA DE LIBERDADE por meio do pagamento por hora esconde uma ameaça concreta: a precarização dos salários e a flexibilização de direitos. Hoje, a remuneração mensal não é uma simples multiplicação fixa de dias trabalhados, mas considera as horas efetivamente trabalhadas e o DSR (Descanso Semanal Remunerado), além das garantias previstas na legislação. Sob o discurso de modernização das relações de trabalho, propostas defendidas por integrantes da campanha de Flávio Bolsonaro (PL) apontam para um modelo que enfraquece a proteção salarial e coloca nas costas dos empregados os riscos da instabilidade do mercado.

O ataque à política de valorização do salário mínimo faz parte dessa lógica. Se os reajustes concedidos desde 2004 tivessem acompanhado apenas a inflação, sem ganhos reais, o piso nacional estaria em torno de R$ 852, segundo cálculo apresentado no material, quase metade dos atuais R$ 1.621. De acordo com o Dieese, cerca de 61,9



milhões de brasileiros têm rendimentos vinculados ao salário mínimo, e a política de valorização acrescentou aproximadamente R$ 81 bilhões à economia em 2026. Não se trata apenas de um reajuste no contracheque: é renda que movimenta o comércio, sustenta pequenos negócios e chega às economias locais.

Retomada em 2023, após ter sido extinta durante o governo Jair Bolsonaro, a política combina a reposição da inflação com o crescimento real da economia, limitado atualmente a 2,5% pela fórmula vigente. O mecanismo também repercute nas aposentadorias vinculadas ao piso e no BPC (Benefício de Prestação Continuada). A contradição ficou evidente nesta sexta-feira (09/10), quando a campanha de Flávio Bolsonaro divulgou nota afirmando que não pretende alterar a política de valorização do salário mínimo, das aposentadorias e do BPC, garantindo reajustes acima da inflação. A declaração contrasta com propostas apresentadas por integrantes da campanha a empresários e representantes do mercado financeiro.

A questão central é quem paga a conta desse modelo econômico. Quando se enfraquece a valorização do salário mínimo e se amplia a flexibilização das relações de trabalho, o resultado pode ser menos renda, mais insegurança e maior dificuldade para planejar a própria vida. O pagamento por hora, apresentado como solução moderna, não garante, por si só, melhores salários ou mais liberdade: sem proteção e remuneração suficiente, pode significar justamente o contrário.

Histórico de Flávio contra trabalhadores ameaça direitos



O CANDIDATO à presidência Flávio Bolsonaro (PL) tem insistido que não vai mexer nos direitos conquistados pelos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto, seu histórico como senador contradiz o que vem falando, o que levanta temores quanto ao futuro das leis trabalhistas e da recente conquista da escala 5×2, com o fim da escala 6×1.

Em 2021, Flávio votou favoravelmente à Medida Provisória nº 1045/2021, que tratava originalmente do Novo Programa de Redução de Jornada e de Salário e do Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva – Retip. O texto substitutivo da MP 1045, apoiada por Flávio, previa a criação de um tipo de vínculo de contratação com regras flexibilizadas e sem a obrigatoriedade de vários direitos tradicionais da CLT, entre eles 13º salário, férias remuneradas e FGTS. A medida prejudicaria, especialmente os jovens, que poderiam acessar o mercado de trabalho já desde o início sem qualquer direito.

Aposentadoria mais difícil

No Senado, Flávio Bolsonaro também já votou a favor da reforma da Previdência aprovada durante o governo de seu pai, Jair Bolsonaro, em outubro de 2019.

A medida endureceu as regras para a aposentadoria, estabelecendo idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens, além de mudar o cálculo dos benefícios, passando a considerar todas as contribuições feitas desde julho de 1994. Na época, Flávio defendeu a aprovação sob o argumento de ajustar as contas públicas.

Preocupação geral

A votação em 2021 do projeto para criar um modelo sem direitos é a prova de que ele já atentou contra conquistas dos trabalhadores.

O caso levanta preocupação não só pelo fato de atingir direitos consagrados, mas também quanto a direitos novos. Uma eventual vitória bolsonarista nas urnas pode fazer com que o recém-aprovado fim da escala 6×1, com o estabelecimento da escala 5×2 e do limite de 40 horas de trabalho semanal, vá por água abaixo.

Discurso enganoso

O grupo político bolsonarista do Partido Liberal (PL) não pretende mexer diretamente na lei da CLT e no texto do fim da escala 6×1, na verdade, o que pretendem fazer é criar outros modelos de contratação para flexibilizar regras e vendê-las falsamente como um benefício aos trabalhadores.

Dessa maneira, querem criar um artifício para esvaziar o sentido dos direitos e conquistas trabalhistas para oferecer um modelo de contratação em que se paga por hora trabalhada e que não garante nenhum benefício ou proteção social às famílias.

Precarização

Essa medida é aliada a outra que prevê um contrato de trabalho para jovens de 18 a 24 com menor custo na folha, "para que a empresa tenha estímulo a dar a primeira oportunidade e o jovem consiga a experiência que hoje lhe é cobrada", ou seja, menos custos representam menos garantias. Ainda se fala de forma genérica, assim como nas demais propostas, que haverá um contrato "mais atrativo para a contratação de pessoas com 50 anos ou mais desempregadas há pelo menos 12 meses".

Todas essas propostas têm como tese central a ideia de que deve prevalecer o "negociado sobre o legislado", que é a pedra fundamental da retirada de direitos. Essa tese, que Flávio pretende adotar caso eleito, desconsidera a desigualdade entre empregador e trabalhador, caracterizada no Direito do Trabalho pela hipossuficiência do empregado.

BANCÁRIOS SINDICATO FEIRA - BA

Este boletim é de responsabilidade do SEEBFS. Tiragem: 750 exemplares. Presidente: Eritan Machado. Diretor de Imprensa e Comunicação: Edmilson Cerqueira. Assessoria de Imprensa: João França. Diagramação: Pedro Lucas . Email: sindicato@bancariosfeira.com.br. Tel: (75) 3623-2422. Endereço Rua São Cristóvão 725, Santa Mônica - Feira de Santana - BA.

MP 905 é um alerta para os bancários sobre o impacto do voto nos direitos da categoria



A MEDIDA PROVISÓRIA 905, editada em novembro de 2019 no governo de Jair Bolsonaro, é um exemplo de como decisões políticas atingem diretamente a vida de quem trabalha. A MP colocou em debate mudanças que ameaçavam direitos históricos da categoria, entre eles a jornada de seis horas e a proibição de funcionamento das agências aos sábados. A publicação integra uma campanha de conscientização que pede atenção dos bancários ao cenário eleitoral.

Conhecida como "carteira de trabalho verde-amarela", a MP 905 revogou dezenas de garantias trabalhistas previstas na CLT. No caso específico dos bancários, o texto acabava com a jornada especial de seis horas e derrubava a Lei 4.178, de 1962, que impedia a abertura das agências aos sábados. A medida ainda abria espaço para o trabalho em domingos e feriados, ampliando a exposição da categoria a jornadas mais longas e enfraquecendo o poder de negociação coletiva.

A reação sindical foi imediata. Ainda em 2019, o Comando Nacional dos Bancários firmou acordo com a Fenaban que neutralizou os efeitos mais nocivos da medida, preservando a jornada e o descanso nos fins de semana. A MP 905 acabou perdendo validade em abril de 2020, sem ter sido votada pelo Congresso Nacional. Para o sindicato, o episódio é a prova de que a mobilização coletiva faz diferença na defesa das conquistas históricas da categoria.

Antes de votar, é preciso conhecer o histórico, avaliar as propostas e considerar como cada escolha pode afetar os direitos de quem trabalha. As medidas como a MP 905 não surgem isoladas e que a vigilância da categoria precisa continuar depois das urnas, tanto na mesa de negociação quanto na cobrança de quem ocupa cargos públicos.

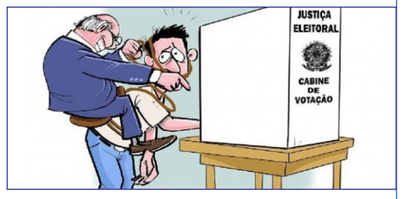
Assédio eleitoral registra recorde este ano

O ASSÉDIO ELEITORAL no ambiente de trabalho tem se tornado uma ameaça cada dia mais real nas eleições deste ano. O MPT (Ministério Público do Trabalho) registou o recorde de 1.341 casos registrados entre 1º de janeiro e 15 de outubro, sendo 522 somente na primeira quinzena deste mês. A média chega a 24 denúncias por dia, desde setembro, quando o número de casos já era quase dez vezes maior do que o total de 2022.

São Paulo lidera o ranking de casos, com 224 registros, seguido por Minas Gerais (150) e Rio de Janeiro (117). Na Bahia foram 53 casos este ano. O motivo do crescimento nos casos pode ser explicado pela intensificação da pressão política dos patrões e também pela ampliação dos canais de denúncia e de conscientização dos trabalhadores quanto aos próprios direitos.

Pesquisa da Justiça do Trabalho revela que, em 9 a cada 10 casos analisados, o assédio ocorre com apoio da direção da empresa, que utilizou meios internos de comunicação e o horário de expediente para fins políticos. Em 67% dos assédios, a pressão foi cometida através do Whatsapp, e em 61% houve ameaça de demissão ou de perda de função, ou promessa de vantagens em troca de apoio, ou seja, suborno.

O MPT criou, este ano, um canal virtual de denúncias, que podem ser feitas de forma anônima, através do link: mpt.mp.br/assedio-eleitoral. Basta informar estado e município, descrever o ocorrido e incluir os dados do agressor. Há, também, a possibilidade de inclusão de provas. Segundo o órgão, 99% dos casos denunciados em 2022 foram resolvidos com ações judiciais, acordos ou medidas extrajudiciais.



BB: proteger direitos e conquistas

A PRESERVAÇÃO do BB como banco público também significa defender direitos e o próprio emprego. Isso porque o vínculo com uma estatal oferece garantias distintas das existentes na iniciativa privada. No caso do BB, embora funcionários sejam contratados pelo regime CLT, a demissão exige motivação formal e está sujeita a regras específicas.

A estabilidade não é absoluta, mas as exigências tornam o desligamento diferente do que ocorre em empresas privadas. A organização coletiva e o direito de greve também são instrumentos fundamentais para defender interesses e reivindicações.

A defesa do BB passa ainda pela preservação do ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) e de estruturas como Cassi e Previ,



que garantem assistência à saúde e previdência complementar. Enfraquecer ou privatizar o banco coloca em risco não apenas um patrimônio estratégico do país, mas também as condições que sustentam direitos históricos.

É preciso lembrar que os governos Lula abriram espaço para avanços importantes no funcionalismo e no fortalecimento dos bancos públicos, com medidas de valorização dos trabalhadores e ampliação do papel do Estado. Esquecer a trajetória favorece o discurso de que direitos e conquistas são permanentes, independentemente das escolhas políticas feitas pelo país.

O alerta é maior diante da possibilidade de privatização levantada por Daniella Marques, coordenadora da equipe econômica de Flávio Bolsonaro. A proposta expõe o risco de entregar à iniciativa privada uma instituição estratégica para o crédito, a produção e o desenvolvimento nacional.